





Deverdo titular– Prefeitura Municipal de Botumirim	Construindo a política de saneamento básico municipal	Definição	Para saber mais e se inspirar	Exemplos
Elaborar sua Política Municipal de Saneamento Básico	Política Municipal de Saneamento Básico	A Política Municipal de Saneamento deve ser estabelecida por meio de uma lei específica para garantir continuidade à política pública. Essa lei deve abordar os princípios e diretrizes, a organização e a prestação dos serviços (inclusive a hipótese de delegação a terceiros); a necessidade de planejamento dos serviços; e a política de cobrança pelos serviços prestados. Ver verbete: POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	A Política Municipal de Saneamento Básico de Botumirim foi estabelecida pela Lei Municipal nº 329/2021. A Lei é organizada em cinco capítulos e 45 artigos nos quais são organizadas as atividades de planejamento, regulação, fiscalização e avaliação e controle social do saneamento básico.	
Atenção!!!! Atividade indelegável – responsabilidade do município	Planejamento	O planejamento é um processo organizado que ajuda a tomar decisões para o futuro, definindo as ações possíveis para alcançar os objetivos desejados. Ele considera aspectos políticos, técnicos, ambientais e sociais. O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) tem prazo de 20 anos e precisa ser compatibilizado com planos plurianuais e revisto a cada 10 anos!	Uma experiência importante de elaboração de PMSB consistiu na celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) entre a Fundação Nacional de Saúde – Funasa e instituições de ensino superior. Um destes TED resultou na pesquisa SanBas. Consulte o site da iniciativa para conhecer como um PMSB pode contemplar o rural e subsidiar a estruturação da política municipal de saneamento básico!	 <p>Visite o site.</p>

Funções do município que podem ser delegadas	Regulação	A regulação deve definir direitos e obrigações dos usuários e prestadores dos serviços de saneamento, bem como as penalidades a que estarão sujeitos, editar normas referentes às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços.	A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG) é responsável pela regulação da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR), editando normas que definem a operação da prestadora.	 <p>Ver em: https://www.arsae.mg.gov.br/copanor/</p>
	Prestação	Atividades acompanhadas ou não de execução de obras, com o objetivo de permitir aos usuários acesso a serviços públicos de saneamento básico, com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento e regulação.	A Copanor foi criada no âmbito do Projeto Vida no Vale e tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.	 <p>Visite o site.</p>
	Fiscalização e avaliação	Atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.	A Arsae apresenta em seu site os resultados das atividades de fiscalização e avaliação da prestação dos serviços pela Copanor.	<p>Ver aqui os resultados da fiscalização realizada no município de Botumirim-MG:</p> 